

# Comunicação: Um Caos Criativo

## *Communication: A Creative Chaos*

**Muniz Sodré I** [sodremuniz@hotmail.com](mailto:sodremuniz@hotmail.com)

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1964), mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967), doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e Livre-Docente em Comunicação pela UFRJ. Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor visitante da Faculdade de Comunicação Social da Uerj, foi Presidente da Fundação Biblioteca Nacional de 2005 a 2011, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Possui cerca de 30 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura.

### **Resumo**

Diversidade temática e autonomia do campo comunicacional. Possibilidades de inscrição desse campo no rol das ciências stricto-sensu. Ambiguidade conceitual e dispersão cognitiva. A ênfase na profissionalização como obstáculo epistemológico. Tecnofilia e ideologia da competência. A comunicação como mutação dos sistemas de pensamento dominantes e a implosão da ontologia substancialista. O porquê de uma ciência da comunicação.

### **Abstract**

*Thematic diversity and autonomy of the communication field. Possible inclusion of the role of science in the field stricto sensu. Conceptual ambiguity and cognitive dispersion. The emphasis on professionalism as epistemological obstacle. Technophilia and ideology competence. Communication as a mutation of the dominant systems of thought and the implosion of ontology substantialist. Why a science communication.*

Num artigo recente sobre a comunicação como ciência social, o scholar norte-americano Craig Calhoun, presidente do Conselho de Ciências Sociais dos EUA, exercita uma visão bastante pragmática do assunto (como, aliás, é de praxe entre os americanos) e a certo momento pergunta:

*Como devemos tratar as relações assimétricas usadas por departamentos de Comunicação que contratam membros do corpo docente vindos de várias disciplinas, e que jamais considerariam a contratação de um professor com doutorado em Comunicação? Departamentos de Sociologia e enviam alegremente recém-doutores para empregos, não só em departamentos de Comunicação, mas também de Estudos Étnicos, Estudos de Gênero e Estudos Internacionais, e também para escolas de Negócios e de Saúde Pública, mas raramente iriam contratar docentes com doutorados nesses campos (CALHOUN, 2012, p. 179).*

Ele mesmo acaba respondendo depois que a autonomia de uma disciplina depende de sua capacidade para manter limites. “A Comunicação tem fronteiras extremamente tênues” (ibid., p. 279), diz Calhoun. E mais:

*Como eu suspeito que seja frequentemente o caso, os departamentos de Comunicação são particularmente suscetíveis de serem produtores em larga escala, ao invés de produtores de excelência? Em outras palavras, eles são analisados por contribuições genéricas medidas quantitativamente, mais do que por suas contribuições específicas julgadas por pares do próprio campo? (ibid., p. 279).*

Bem, no que diz respeito à cientificidade do campo comunicacional, o diagnóstico bem pode ser a de um caos. Mas é um caos criativo. Explicamo-nos: a diversidade temática (que, por um lado, pode levar à impressão de que a Comunicação, caoticamente, cobre tudo) oferece o ensejo para abordagens originais e para a contemplação de objetos importantes para a compreensão do cotidiano, mas geralmente situados fora do crivo disciplinar das tradicionais ciências sociais.

Permanece intocada, porém, ou, ao menos parcialmente tocada, à questão (epistemológica) do campo comunicacional. Será que se pode falar dele como ciência *stricto-sensu*? Ou, se é possível, isso é uma vantagem acadêmica?

É oportuno reiterar que, apesar de algumas tentativas isoladas, o campo permanece cientificamente tão ambíguo quanto no passado, em meio a milhares de estudos recortados sobre todo tipo de tema imaginável, se não diretamente relacionado à prática industrial da mídia ou do espetáculo diversificado, pelo menos permeável à colagem do par “comunicação/informação” ou ajustável ao vago rótulo de “estudos culturais”. Em si mesma, essa diversidade temática não é um problema, podendo mesmo ser considerada, ao contrário, como um índice da riqueza semiótica da comunicação. O problema está na falta de conexão das linhas de pesquisa, o que prejudica a coerência científica do campo e termina induzindo à dispersão cognitiva.

Uma das causas dessa dispersão pode ser exatamente o lado de formação profissional atinente ao campo. Isso não é exclusivo da comunicação. Mais de um *scholar* estrangeiro da sociologia pôde observar que a excessiva concentração de esforços na formação profissional (com vistas à realização de pesquisas de opinião, *surveys* empresariais etc.) tem consequências danosas para a reflexão de longo alcance sobre o campo disciplinar, portanto, para a produção da própria sociologia enquanto forma histórica de intervenção intelectual na sociedade.

Já quatro décadas atrás, Baudrillard detectava na universidade aquilo que chamou de “primeira onda de choque da passagem da produção à pura e simples reprodução” (BAUDRILLARD, 1976, p. 5), mas que também podemos chamar de passagem do capitalismo produtivista à financeirização. Para ele, isso ocorreu primeiro nas faculdades de ciências humanas, porque

*ali se tornou mais evidente (mesmo sem uma consciência “política” clara) que não se produzia mais nada e que não se fazia mais do reproduzir (docentes, saber e cultura, estes mesmos fatores de reprodução do sistema geral). É isso, vivido como inutilidade total, irresponsabilidade (“Para que sociólogos?”), rebaixamento, que fomentou o movimento estudantil de 68 (e não a falta de empregos – empregos, sempre há bastante na reprodução – o que não existe são lugares, espaços onde se produza verdadeiramente alguma coisa) (BAUDRILLARD, 1976, p. 51).*

Para bem situar esta argumentação, é preciso ter em mente que o prestígio de uma ciência social jamais se deveu exclusivamente à objetividade do conhecimento por ela gerado, mas, sobretudo, à sua *produção* de valor social, cultural e, mesmo, político. Nesse prestígio a instituição universitária encontrava o centro de gravidade que a capacitava a exercer a função republicana de contrabalançar a dispersão das especializações profissionais.

A “produção” a que se refere o pensador nada tem a ver, portanto, com atividade industrial, mas com ideias e conceitos atinentes às tensões concretas da História, como foi o caso das ciências sociais em seus momentos mais produtivos ou fecundos, porque iluminadores dos contrastes entre valores antigos e novos na sociedade urbana emergente pós-Revolução francesa. Em tais momentos, o pensamento social ainda estava fora da reprodução do capital como forma de relação social, o que deixava à produção teórica uma grande margem de determinações com relação à realidade histórica. Sob o influxo da pura e simples reprodução, as teorias flutuam como moeda sem lastro, remetendo indefinidamente umas às outras, por meio da exegese de tipo universitário<sup>1</sup>.

Isso se verifica hoje no campo comunicacional. Vejam só, nós não estamos imputando à área uma suposta “falta de vontade” acadêmica quanto à constituição epistemológica do campo. Estamos buscando afirmar uma ausência de condições objetivas, reforçada inclusive pela própria especificidade do saber comunicacional, que torna difícil a distinção entre *episteme* e a realidade prática das tecnologias da comunicação, onde se expandem mais “competências” (o saber-fazer prático) do que conhecimentos no sentido abstrato e universal do termo.

Laval evoca a este respeito a palavra inglesa *agency*:

*Designam-se por isso capacidades de realizar uma tarefa com a ajuda de ferramentas materiais e/ou instrumentos intelectuais. Um operador, um técnico, um homem da arte possuem competências profissionais. Neste sentido, a competência é isto pelo qual um indivíduo é útil na organização produtiva. A noção teria tanto mais pertinência hoje quando as transformações do trabalho, em particular com a difusão das novas tecnologias da informação, rompem os laços antigos entre uma profissão, um ramo do saber e um diploma ou, mais, quando elas permitem transcender a oposição antiga entre trabalhadores intelectuais e operadores de máquinas (LAVAL, 2003, p. 73)*

O campo acadêmico da comunicação é atravessado por essa ideologia da competência, estimulada, particularmente no caso brasileiro, pela emergência de uma tecnofilia acrítica<sup>3</sup>, tendente a depositar nas tecnologias do digital velhas esperanças de redenção e inclusão sociais. Diz Laval:

*A informática e a internet não são vistas como objetos técnicos a serem estudados e compreendidos, nem sequer como ferramentas suplementares, úteis na aprendizagem, mas como alavancas 'revolucionárias' que servirão para mudar radicalmente a escola e a pedagogia (Ibid., p. 146).*

Enquanto no século de surgimento da sociologia, conservadores e radicais encontravam-se na mesma desconfiança moral para com o capital industrial e financeiro, o espírito que preside à comunicação acadêmica é, na maior parte dos casos, semelhante ao do funcionamento comunicacional, ou seja, conservador, de fundo neoliberal. O fascínio pelo desempenho técnico e pelo espetáculo sufoca possíveis inquietações morais frente à financeirização como padrão sistêmico de riqueza, principalmente devido ao fato de que esse padrão — *um modo de ser* da riqueza, com alcance *simbólico* — é muito mal compreendido pelos não-economistas, que o confundem com globalização financeira. Essas “inquietações” não são idiosincrasias de religiosos ou de ativistas, mas o resultado de avaliações realistas da falência dos sistemas econômicos, da exploração predatória do planeta e da medida de injustiça social das práticas neoliberais.

Nessa conjuntura psicossocial, a teorização da cientificidade do campo tende a ser considerada como desnecessária para dar prosseguimento à reprodução universitária dos saberes, parcelares e mutáveis ao sabor das novidades técnicas postas no mercado. Isso ocorre em outros campos do saber: a psicanálise, por exemplo, não se reivindica explicitamente como ciência, mas é um conhecimento que se transmite com foros de “cientificidade” *extra-muros* universitários (portanto, sem diploma profissional garantido pelo Estado) num *espaço social* constituído por um *habitus* (práticas e percepções) de clínicas privadas e com um *capital simbólico* gerido por sociedades psicanalíticas, algumas das quais com conexões internacionais.

Evidentemente, nada disso impede que o meio psicanalítico procure aumentar o seu *capital simbólico*, teorizando em torno das obras de precursores tidos como muito importantes, dentre as quais a obra freudiana como marco indispensável da fundação do campo. Embora ninguém ignore que todo

saber obrigatoriamente vinculado à sua origem tem um fundo místico (como a fundação é sem fundamentos, a especulação se torna interminável), a postura profissional no *espaço social* é cientificista.

No caso da comunicação, a teoria é algo que se impõe apenas intelectualmente diante do que se poderia designar como uma mutação dos sistemas de pensamento dominantes, rumo à implosão da tradicional ontologia (substancialista) de inspiração aristotélica. Não se trata, porém, do impulso voluntarista de apenas teorizar, por impalpável “vontade de ciência”. Sendo verdade que não existe uma estrutura explicativa única para a diversidade fenomênica da comunicação, isso apenas nos conduz à exigência de testar pluralmente a capacidade explicativa de uma teoria (construção conceitual ou hipótese provisória sobre o fenômeno), confrontando-a ao que já se chamou de “capacidade explicativa diferencial de teorias referentes a outros sistemas de inteligibilidade” (BERTHELOT, 1986, p. 193).

Pela via dessa hermenêutica criativa, a ciência se desvia, assim, da direção de uma totalidade teórica fechada — ou seja, aquela modelada pela ciência física, em que se desenvolve um sistema com objetos de pensamento muito acima dos objetos da percepção comum — rumo a novos tipos de “caminho seguro”. Estes seriam os caminhos inerentes a sistemas interpretativos que criem espaços cognitivos para a identificação dos novos agentes sócio-históricos e para o relacionamento com a multiplicidade das novas formas sócio-organizativas, hoje coexistentes, senão hibridizadas com os modos tradicionais e pré-categoriais do mundo da vida (o *Lebenswelt* de Husserl, retomado por Habermas). Esses “caminhos” não se fazem com mão única ou monológica, mas com os cruzamentos e as veredas propiciados por diferentes sistemas de pensamento — uma *koiné* hermenêutica — que apelam para o pragmatismo, a análise de linguagem, a teoria (habermasiana) do agir comunicativo, a teoria da comunidade etc.

É no interior dessa *koiné* teórica que se torna possível refletir sobre a conveniência histórica de uma ciência social capaz de determinar de antemão como objeto a forma de ser de um ente vislumbrado em meio à crise das tradicionais mediações do mundo por efeito da transição do capitalismo produtivista ao capitalismo financeiro. E isso com todas as consequências desse transe de passagem, que abrangem desde o monopólio da vida social pelo código do capital até a constituição de uma nova esfera existencial orientada pela forma tecnológica da consciência, que é o *bios virtual*.

Por que “ciência”? E por que precisamente no momento histórico em que aparecem alguns questionamentos episódicos quanto à importância da determinação de um saber como “científico” (por exemplo, há algum tempo, a Associação Americana de Antropologia propôs a retirada do termo “ciência” de seus documentos oficiais)?

Uma resposta pragmática apontaria para a dimensão do espaço social constante da indagação epistemológica e, assim, poderia dizer que o enquadramento de um saber como ciência conduz a uma cristalização ou uma unidade de princípios e procedimentos que permitem a sua representação

institucional por parte dos pesquisadores de um modo geral. Isso é estratégico no confronto acadêmico com outras disciplinas do campo social e nas reivindicações junto às agências de fomento, às empresas e às fundações tendentes a se comprometer com a pesquisa.

Mas unidade não significa a homogeneização enrijecida do campo de conhecimento, e sim a sua coerência interna — a interação da multiplicidade temática num plano expressivo, análogo ao que Deleuze chama de “plano de imanência” — estabelecida por conexões claras entre as linhas temáticas, assim como entre os projetos de pesquisa. Para tanto (um “tanto” que falta ao campo comunicacional) se fazem necessárias discussões teóricas integradas, sejam para concordar, sejam para dissentir no plano dos argumentos. Esta é, aliás, a visão de Rorty ao sustentar que não é a profundidade verticalista do saber produzido sobre o objeto que faz aumentar a compreensão sobre ele e sim a abertura para a troca dialógica (Cf. RORTY, 2002).

Entretanto, uma resposta, de caráter ontológico à questão da exigência de constituição de uma ciência da comunicação, poderia dizer que ela se faz necessária porque nesse novo ente que se deixa ver como algo existente e manifesto à nossa frente — e que pode ser conhecido em si mesmo, portanto, positivamente — há algo que ainda se oculta ou que não podemos conhecer de imediato, mas que devemos, por imperativo ético-político, trazer à luz por meio da delimitação de conceitos ou da expansão de ideias, assim como por meio da intervenção no espaço público, sujeitos políticos que somos, queiramos ou não.

De acordo com este argumento, manifesta-se o sociólogo Octávio Ianni:

*“Se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de autoconsciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma. O contraponto de pensamento e pensado, ou de lógico e histórico, pode alterar-se um pouco, ou muito, quando um dos termos modifica-se; e mais ainda quando ele se transfigura” (IANNI, 1996, p. 171)*

O “mundo da vida”, entendido como mundo de sistemas autônomos de valores e, portanto, de pluralidade de linguagens, faz surgir o imperativo de uma ecologia de saberes em plena regência das ciências e das técnicas, de modo a estender aos “coletivos de cidadania” as possibilidades decisórias que os sistemas tecnoburocráticos tendem a reservar exclusivamente aos especialistas. Ressoa aqui a advertência de Dewey:

*“Nenhum governo de especialistas em que as massas não tenham a chance de informar os especialistas quanto a suas necessidades não pode ser mais do que uma oligarquia organizada em torno dos interesses de poucos (...) A necessidade essencial (...) é o aperfeiçoamento dos métodos e condições de debate, discussão e persuasão. Esse é o problema do público (DEWEY, 1980, p. 208)*

Ou seja, sem uma *retórica* particular, condicionada a uma cultura específica e, assim, capaz de expressar a linguagem das massas num espaço público, a razão pura seria apenas mais um instrumento de dominação.

No imperativo ético-político de uma ecologia dos saberes se faz presente a questão essencial da formação do homem, de sua transformação em cidadão, que associou na antiga Grécia a filosofia à escola, essa mesma instituição que continua indispensável às sociedades urbanas em emergência ou em mutação.

A este respeito, Sloterdijk faz um retrospecto que nos parece plenamente pertinente à contemporaneidade sócio-cultural:

*A parêntese formada por Sócrates e Platão marca a entrada da nova idéia educativa. Em face do convencionalismo e do oportunismo dos professores de retórica e dos sofistas, eles desenvolvem um arrazoado em favor duma reforma global do homem. Paideia ou a educação como formação do homem para um grande mundo com a imperialidade latente ou manifesta, não é só um termo fundamental da prática antiga da filosofia, mas designa também o programa da filosofia como prática política. Pode-se aí discernir o nascimento da filosofia, condicionada pela emergência de uma nova forma de mundo, arriscada e encarregada de poder — hoje, nós as chamamos culturas urbanas e impérios (SLOTERDIJK, 2011, p. 18.).*

Eis aí uma bela e acertada construção de pensamento: a filosofia clássica concebida como um “rito de iniciação lógico e ético”, requerido pelas exigências históricas de reedificação do homem, em função das novas realidades urbanas e imperiais. Pensar não é extrair, num puro jogo de espírito, categorias lógicas de mentes privilegiadas, sem maiores vinculações comunitárias ou políticas (como tantas vezes aconteceu ou acontece na história da filosofia), e sim aceitar o desafio ético de responder à complexidade do mundo, com todos os riscos políticos implícitos na resposta. O exercício dessa tarefa chamou-se em grego “reflexão ou temperança” (*sophrosine*) e, em latim “humanidade” (*humanitas*), transcorrendo num ambiente filosófico que era igualmente *paideia*, isto é, “introdução a essa reflexão adulta que significa humanidade” (SLOTERDIJK, 2011, p. 18). Para Sloterdijk, seria “irrefletido ver nos valores da *paideia* e da *humanitas* apenas ideais apolíticos de caracteres” (Ibid., p. 19).

A analogia favorecida pela questão comunicacional põe lado a lado a retórica antiga como técnica política de linguagem na *polis* grega e a midiaticização enquanto prática tecnológica do discurso sob a égide do mercado na contemporaneidade. A dimensão retórica é imediata e visível porque diz respeito à elocução, às práticas de linguagem, aos discursos que circulam socialmente, particularmente no que se refere ao *broadcast* audiovisual e à difusão culturalista em todos os seus formatos. Os mestres de retórica e os sofistas, aos quais se opuseram Sócrates e Platão, equivalem, em termos de função social, aos dispositivos maquinais de comunicação, que suscitam igualmente um novo tipo de discurso pedagógico.

Pode parecer um contrassenso evocar a experiência do antigo grego, a propósito da constituição de uma ciência social ultramoderna, quando se sabe que a educação moderna não corresponde exatamente à *paideia*

e que o ordenamento tecnológico do mundo vem se construindo precisamente sobre os escombros do platonismo, isto é, da metafísica. Ao mesmo tempo, entretanto, a analogia é relevante quando se leva em conta que essa nova ordem objetivista-tecnológica sugere a hipótese de outra **forma de vida**, o *bios virtual* (resultante de nova tecnologia das relações sociais) ou uma espécie de “telemorfose integral da sociedade” (Cf. BAUDRILLARD), capaz de funcionar até certo ponto com uma lógica própria, autorreferente (tautológica) sobre um “território” feito de pura informação, que seduz a esfera pública pelo êxtase da conexão.

Essa forma midiaticizada tem persistido nas últimas décadas como um “parque” tecnológico integrado e adequado aos regimes de visibilidade pública e de representação do capital em sua fase financeira e globalista. Ela é o sintoma mais evidente da mutação civilizatória que preside a *emergência* de uma nova orientação existencial (o *bios virtual*), economicamente regida por capital financeiro e mercado, com o auxílio de uma estetização generalizada. Produto direto da sociedade tecnocultural, essa forma contribui para acentuar a crise de objeto das ciências sociais tradicionais, conformadas por um espaço-tempo anterior e muito distinto daquele em que se desenvolve a midiaticização.

Nas formas de vida emergentes, as relações sociais e de produção do saber, diferentemente da episteme sociológica, são constituídas por seres humanos e máquinas, em parceria cada vez mais igualitária. As ciências postas no centro da mutação acelerada dos sistemas — robótica, nanotecnologia, biotecnologia, engenharia genética e biônica — são indissociáveis do objeto técnico. A interobjetividade (o relacionamento entre objetos) tem hoje peso tão grande, senão maior, quanto o da intersubjetividade. É uma perspectiva que se amplia quando se considera que a arquitetura inteligente das novíssimas gerações de servidores computacionais (sensores inteligentes que possibilitam o monitoramento *on-line* e ininterrupto das máquinas) reduz enormemente a necessidade de mão de obra humana na operação e manutenção das máquinas.

Ao mesmo tempo, a tecnociência contemporânea trafega na fronteira do “pós-humano” ao produzir equipamentos e próteses que ensejam o aparecimento de híbridos tecnobiológicos na esfera dos deficientes físicos, com resultados extraordinários. De modo geral, a prevalência das máquinas joga água no moinho da hipótese de que a tecnologia passe a ser considerada, em si mesma, como um “ator” social em atuação ininterrupta nos variados processos de existência. Latour propõe o conceito de *ator-rede* (baseado na *Actor-Network Theory*), que eleva o objeto eletrônico à condição de participante ativo na relação dos sujeitos com a tecnologia eletrônica, em particular, a mídia (Cf. LATOUR, 2007).

É sobre essa nova realidade social, em confronto com as formas comunitárias do “mundo da vida” que incide a possibilidade de uma ciência da comunicação.

## Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. *À l'ombre des majorités silencieuses ou la fin du social*. Fontenay-sous-Bois: Utopie, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Vue imprenable*. Paris: Cahier de l'Herne, 2004.
- \_\_\_\_\_. *L'Échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard, 1976.
- BERTHELOT, J.M. *Les Masses: De l'être au néant*. In: Zylberberg, Jacques (org.). *Masses et Postmodernité*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRAGA, José Carlos. *Financeirização global*. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. *Poder e dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALHOUN, Craig. *Comunicação como ciência social (e mais)*. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom)*. v. 35, janeiro/junho 2012.
- CHARDIN, Teilhard de. *Sur l'existence probable, en avant de nous, d'un ultra-humain (1950)*. In: *L'Avenir de l'Homme*, Paris: Seuil, 1962.
- COHN, Gabriel. *Uma ciência da comunicação humana não pode constituir-se sem o domínio das categorias sociais*. (1970). In: MELO, José Marques de (org.). *Pensamento comunicacional uspiano*. Socicom-Intercom, vol. 3, 2011.
- CRAIG, Robert. *Communication theory as a Field*. In: *Communication Theory*, 9(2), International Communication Association, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.
- DESCOMBES, Vincent. *Le même et l'autre — quarante-cinq ans de philosophie française (1933-1978)*. Paris: Minuit, 1979.
- ENRIQUEZ, Eugène. *As figuras do poder*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- HEIDEGGER, M. *Introducción a la filosofía*. Madrid: Ediciones Cátedra (col. Frónesis), 1999.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética – história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais – 1923/1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

- JEUDY, Henri-Pierre. *Sciences sociales et démocratie*. Belfort: Circé, 1997.
- KATZ, Elihu. *Media effects*. In: SMELSER, N.J. e BALTES, P.B. (orgs.) *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Oxford: Elsevier, 2001.
- \_\_\_\_\_. e LAZARFELD, Paul. *Personal influence: The part played by people in the flow of communications*. New York: Free Press, 1955.
- KLAPPER, J. *The effects of mass communications*. New York: Free Press, 1960.
- LATOURETTE, Bruno. *Reassembling the social — an introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: University Press, 2007.
- LAVAL, Christian. *L'école n'est pas une entreprise — le néo-libéralisme à l'assaut de l'enseignement public*. Paris: Éditions La Découverte, 2003.
- LAZARFELD, P., BERELSON B. e GAUDET, H. *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York University Press, 1944.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro: Ed. Vitória, v. 1, 1951.
- MARX, Karl. *O Capital — crítica da economia política*. (Livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MIÈGE, Bernard. *Comunicação e tecnologia na sociedade: uma dimensão transversal* (entrevista) In: *Revista Matrizes*, São Paulo, ECA/USP, v3, nº 1, p. 121-127, ago/dez 2009.
- NEUMAN, Russell W. e GUGGENHEIM, Lauren. *The evolution of media effects theory: a six-stage model of cumulative research*. In: *Communication Theory*, 21 (2011). International Communication Association.
- NIETZSCHE, F. *Consideração Intempestiva: Schopenhauer educador*. In *Escritos sobre educação*. Rio de Janeiro: Puc-Rio e Loyola, 2009.
- NISBET, Robert. *La tradition sociologique*. Paris: PUF, 1984.
- PAIVA, Raquel. *Pesquisa em comunicação comunitária: há lugar para a empiria?* In: *Revista Intercom*, 2011.
- RAPOPORT, Anatol. *La théorie moderne des systèmes*. In: *Revue française de sociologie*, 1971.
- RORTY, Richard. *Filosofia y futuro*. Madrid: Gedisa, 2002
- ROUANET, Sergio Paulo. *O Édipo e o Anjo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- SLOTERDIJK, Peter. *Tempéraments philosophiques*. Paris: Libella-Maren Sell, 2011.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho — uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *As estratégias sensíveis — afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

STANFILL, M. *Birds of a feather*. In: *Communication Theory*, 22 (2012). International Communication Association.

VATTIMO, Gianni. *Nichilismo ed emancipazione — ética, política, diritto*. Milão: Garzanti Libri, 2003.

WINKIN Yves. *Bateson, Birdwhistell, Goffman, Hall, Jackson, Schefflen, Watzlawick — la nouvelle communication (textes recueillis et présentés par Yves Winkin)*. Paris: Seuil, 1981.

WOLTON, Dominique. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.

\_\_\_\_\_. *Elogio do grande público. Uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 2006.

ZYLBERBERG, Jacques. *Macroscopie et microscopie des masses*. In: *Masses et postmodernité*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986.

## Notas

1. Isso pode chegar às raias do patético, como ocorre nas sociedades psicanalíticas (a facção lacaniana assume frequentemente a forma de seitas) ou nos grupos de exegese da filosofia de Gilles Deleuze.
2. Pode ser produtivo examinar, à luz dessa ideologia, os debates travados, desde o final do século passado, entre os defensores e os detratores do diploma de jornalista. Se para alguns dos defensores o diploma se justificaria pela preservação do velho espírito bacharelesco, para os detratores seria o diploma anacrônico ou desnecessário, já que valeria apenas a “competência”. Estes últimos, embevecidos pela tecnofilia, esquecem ou desconhecem o estatuto político do diploma como recurso de resistência ao arbítrio patronal.